



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639955 - SP (2021/0012265-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : PAULO MENDES SANTANA E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO MENDES SANTANA - SP348115
DIEYMIS GONÇALVES GAIOTO - SP408602
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO HENRIQUE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO HENRIQUE DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 0005487-62.2020.8.26.0482).

Em cumprimento de pena, o Juízo da execução penal determinou a regressão do paciente para o regime fechado, em virtude da prática de novo delito, e a retificação do cálculo da sanção, considerando como data-base para concessão de benefícios a data da nova condenação.

Impetrado prévio *writ*, o Tribunal *a quo* concedeu parcialmente a ordem para reconhecer que a nova condenação não altera a data base para fruição de novos benefícios, salvo o livramento condicional.

O impetrante alega que, conforme o Tema n. 1.006, oriundo de recurso repetitivo do STJ, "a unificação de penas não enseja alteração da data-base para concessão de novos benefícios (de qualquer benefício e não apenas do livramento condicional)" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, a retificação do cálculo da pena do paciente.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência